

Haddad nega a intenção de adotar medidas heterodoxas

por Ana Lucia Schettino
de Belo Horizonte

O ex-ministro da Fazenda, Paulo Haddad, reafirmou ontem que jamais aprovaria a adoção de medidas heterodoxas, como prefixação de preços, calote da dívida pública e congelamento, dentro do programa de estabilização da economia brasileira que iria ser apresentado ao presidente Itamar Franco no próximo dia 13. "Nunca aprovaria isto. Nem eu nem o Krause. Não faz o menor sentido. Se não fosse por doutrina, ideologia, seria até por pragmatismo, pois isto nunca deu certo no passado e em lugar nenhum", disse.

Essa afirmativa é uma referência direta à reportagem da revista Veja desta semana, a qual identificou como sendo "uma montagem de uma matéria cheia de inverdades com o objetivo de denegrir sua imagem de homem público". Haddad garantiu que as informações apresentadas pela revista estão baseadas num documento não oficial e já superado do Ministério da Fazenda escrito por dois técnicos em dezembro. "A revista precipitou em divulgar informações que não foram aprovadas nem por mim e nem pelo ex-ministro Gustavo Krause", ressaltou.

Ele disse que o plano estava sendo elaborado com base em sete pontos fundamentais, que previam o controle rígido, através de uma programação trimestral, da evolução da moeda de crédito na economia; a separação nítida das contas do Banco Central e do Tesouro Nacional para evitar o financiamento inflacionário do déficit público; controle do gasto público, visando obter, após o ajuste fiscal, um superávit equivalente a US\$ 4 bilhões para amortizar a dívida pública do governo federal neste ano. Além disso, previa também uma política de retomada seletiva do crescimento econômico através de acordos setoriais, a exemplo do que foi feito com a indústria automobilística; política social compensatória para reduzir a pobreza e a miséria no País; e uma política salarial para evitar que o custo do ajuste recaísse sobre os trabalhadores.

Em relação ao programa de privatização, ocorreria a ampliação e o aprofundamento, com a inclusão de todas as empresas do setor elétrico. "Querer privati-

Krause descarta a prefixação

O ex-ministro da Fazenda Gustavo Krause negou ontem ter legado ao sucessor Paulo Haddad um esboço de plano econômico com prefixação de preços e salários, congelamento e confisco de dinheiro.

"Na nossa gestão não chegamos nem a cogitar nenhuma dessas idéias. O único documento que produzimos foi um plano de metas de curto e médio prazos, amplamente divulgado pela imprensa, que não chegou a ser analisado pelo presidente Itamar Franco. Depois da minha demissão não participei de mais nada, nem tomei conhecimento de mais nada. Não sou testemunha ocular dessa história", garantiu Krause.

zar 90% das empresas em 45 dias é tecnicamente impossível", comentou. O ex-ministro disse que ficou muito chateado com as informações divulgadas, mas ressaltou que sua principal preocupação é com a população. Disse, ainda, que a necessidade de o presidente Itamar Franco obter, do ponto de vista político, resultados mais imediatos no combate à inflação, foi um dos motivos que provocaram "uma erosão" no relacionamento com o presidente. "Isto eu não poderia dar, porque ninguém poderia. A não ser que faça congelamento, calote e tabelamento. E isto o presidente não quer", afirmou.

A única prefixação prevista no plano de estabilização econômica de Haddad seria praticada a partir do momento que inflação começasse a baixar. As tarifas públicas seriam prefixadas com a utilização de um redutor que ajudasse a baixar a inflação. Pelo plano, até o final deste ano, a inflação chegaria a 10% e final de 1994 a 2%.

Haddad passou o domingo desmentindo as notícias sobre o conteúdo de seu plano econômico, publicado em uma revista semanal.

"Essa reportagem é extremamente falsa", disse o ministro em entrevista à TV Bandeirantes.

Haddad disse que vai consultar juristas para analisar se cabe um processo contra a divulgação da notícia, que ele considerou "mentirosa e extremamente falsa".